

# Brasil deixará de pagar US\$2,1 bi

JORNAL DE BRASÍLIA

Dante do compromisso dos bancos estrangeiros de não considerar o país inadimplente, o Brasil deixará de pagar US\$ 2,1 bilhões da dívida externa neste primeiro trimestre de 1987 (US\$ 700 milhões mensais, em média). Durante esse período somente serão honrados os juros da taxa interbancária de Londres (Libor) mais um «spread» de 1,25% para os débitos de empresas privadas e de 1,12% para os do setor público. As informações foram prestadas ontem pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher. O acerto foi concluído durante a viagem que o diretor de dívida externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, fez a Nova Iorque em dezembro último.

Uma categorizada fonte do Banco Central acrescentou que o acordo para esses três meses é apenas interino. Caso os negociadores brasileiros consigam um acordo com o Comitê de Assessoramento dos Bancos, até fins de março, que proporcione a redução dos «spreads» para algo próximo a 0,8% — o que foi obtido pelo México — em seguida será feito um «ajuste». Significará uma devolução da parcela que o Brasil pagou a mais, na hipótese de uma redução, a mais provável.

Seixas informou que as negociações dos bancos envolvendo aproximadamente US\$ 70 bilhões, serão iniciadas efetivamente após a conclusão de um acordo com o Clube de Paris, previsto para pelo menos

uma semana após o início, marcado para dia 19 próximo.

A expectativa do Banco Central é que até fins de março já estejam terminadas duas renegociações simultâneas. A primeira, diz respeito ao reescalonamento plurianual, de 5 ou 6 anos, da dívida externa e, a segunda, ao refinanciamento dos créditos interbancários e comerciais de US\$ 15,5 bilhões, que vencem em 31 de março. Desde 1982, o Brasil vem procedendo apenas aos pagamentos de juros e renovando seguidamente os créditos de curto prazo. Apesar dos percalços, os bancos estrangeiros acataram as ponderações do governo, mesmo porque o país não tem condições de honrar o principal da dívida e os juros ao mesmo tempo.

Para este ano, as negociações prometem ser mais difíceis, porque tradicionalmente os bancos têm-se rejeitado a não inclusão do FMI como aval, que em última análise significa a assinatura prévia de um acordo entre o Brasil e aquela instituição. Preliminarmente, agora os credores concordaram com o afastamento do FMI, e por isso procurarão se acercar de maiores garantias. O Banco Central, por seu lado, também cedeu, aceitando que o FMI forneça ao Comitê de Assessoramento o resultado de sua «inspeção» que anualmente realiza no Brasil. O relatório do FMI sobre a economia dos países filiados é guardado sob sigilo, mas os bancos estrangeiros terão acesso ao que disser respeito ao Brasil.